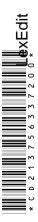


RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE RAFC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DEPARTAMENTO DE COMISSÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS 2021





e Controle

Em atenção ao disposto na Resolução da Câmara dos Deputados nº 25/2017, que alterou o art. 32, inciso XI e introduziu o art. 61-A no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC propôs, no dia 04 de maio de 2021, o Plano Anual de Fiscalização e Controle – PAFC para o ano de 2021. A mesma norma previu a emissão do Relatório Anual de Fiscalização e Controle – RAFC, que conterá as ações de fiscalização e os resultados delas decorrentes para cada exercício de vigência do PAFC.

O PAFC 2021 previu a realização de onze Audiências Públicas, cinco Auditorias e uma Visita Técnica com temas relacionados às áreas de Saúde, Telecomunicações, Logística, Economia e Comunicação. Os objetos selecionados para as Auditorias, Visita Técnica e Audiências Públicas estão apresentados neste relatório.



AÇÕES APROVADAS NO PAFC 2021

O Plano Anual de Fiscalização e Controle – PAFC para o ano de 2021, apresentado no dia 04 de maio de 2021, previu a realização de onze Audiências Públicas e dois Projetos de Fiscalização/Auditorias. Contudo, foram de fato implementadas as proposições relativas a onze Audiências Públicas, cinco Auditorias e uma Visita Técnica, em função da participação dos deputados da comissão na preservação das diretrizes do PAFC ao longo da sessão legislativa.

A escolha dos objetos a serem fiscalizados atendeu à orientação prevista na Resolução da Câmara dos Deputados 25/2017 e contou com consulta às áreas técnicas do Tribunal de Contas da União - TCU.

As Propostas contempladas foram as seguintes:

ÁREA / OBJETO	AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES REALIZADAS
SAÚDE	Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater as ações empreendidas pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz para combate à pandemia	solicitava a presença da senhora Nísia Trindade Lima, Presidente da





Comissão de Fiscalização Financeira

e Controle		
SAÚDE INSTITUTO BUTANTAN	2. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os gestores do instituto as ações empreendidas pelo Instituto Butantan para combate à pandemia.	O Requerimento de nº 54/2021, que requereu audiência com a presença do senhor Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, para debater as ações empreendidas pelo Butantan no combate à pandemia foi aprovada na reunião do dia 25 de maio de 2021 mas não ocorreu em tempo hábil em razão do calendário da comissão.
SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	3. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os técnicos do TCU as ações no âmbito do Ministério da Saúde empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento do combate à pandemia.	O Requerimento de nº 62/2021, que requereu audiência com a presença do senhor Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário Geral de Controle Externo do TCU, para debater as ações no âmbito do Ministério da Saúde empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento do combate à pandemia foi submetido à votação na reunião do dia 18 de maio de 2021 e aprovado. A audiência não foi



realizada

legislativa

realização.

dentro

por

disponibilidade de datas para sua

da

falta

sessão

de



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

SAÚDE

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

4. Requerimento de Auditoria com o objetivo de acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia, com auxílio do TCU.

O Requerimento de nº 64/2021 foi apreciado em comissão na reunião do dia 25 de maio de 2021 e aprovado. A respectiva auditoria foi encaminhada ao TCU por meio do Ofício 78/2021/CFFC-P. Contudo, até a elaboração deste relatório, não houve retorno quanto à implementação do processo no Tribunal de Contas.

SAÚDE

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

5. Requerimento de Audiência Pública com os técnicos do TCU com o obietivo de conhecer e debater as ações empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento da concessão auxílio do emergencial criado para proporcionar uma renda mínima aos trabalhadores durante a pandemia.

O Requerimento de nº 60/2021, foi submetido a plenário e aprovado na reunião do dia 18 de maio de 2021. A audiência foi realizada no dia 10 de junho de 2021 com a presença dos senhores: JOÃO RICARDO PEREIRA - Secretário de Controle Externo da Previdência do Trabalho e da Assistência Social - Tribunal de Contas da União - TCU e TIAGO AI VFS DF GOUVEIA LINS DUTRA - Coordenador-Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas - Tribunal de Contas da União -TCU que versaram sobre os desafios, a missão do auxílio, as medidas tomadas para corrigir pagamentos indevidos e outros temas relevantes ao debate.





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CONTRO	LA-
DORIA	
GERAL	DA
UNIÃO	

SAÚDE

6. Requerimento de Audiência Pública, com convite ao Ministro da Controladoria Geral da União com o objetivo de conhecer e debater as ações empreendidas por aquele órgão de controle no acompanhamento da concessão do auxílio criado para emergencial proporcionar uma renda mínima aos trabalhadores durante a pandemia.

O Requerimento de nº 55/2021 foi prejudicado pelo comparecimento do Ministro da Controladoria Geral da União, senhor Wagner de Campos Rosário em duas Audiências Públicas nos dias 10 de agosto de 2021 e 06 de outubro de 2021.

SAÚDE

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

7. Requerimento de Audiência Pública com convite ao Ministro da Cidadania para prestar esclarecimentos sobre o auxílio emergencial nos anos de 2020 e 2021.

O Requerimento de nº 57/2021 foi aprovado na reunião deliberativa do dia 18 de maio de 2021. A audiência foi realizada com a presença do senhor Ministro da Cidadania João Inácio Ribeiro Roma Neto no dia 21 de setembro de 2021, quando foi versado sobre a estruturação dos métodos e sistemas usados para pagamento do Auxílio Emergencial e demais providências, inclusive comparando modalidades com utilizadas em outros países.





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

SÁUDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

8. Requerimento de Audiência Pública com convite ao Ministro da Saúde. para prestar esclarecimentos sobre a situação das vacinas. disposição de leitos e o planejamento para contenção da crise provocada pela Covid-19.

O Requerimento de nº 59/2021 foi prejudicado em razão do comparecimento do Ministro da Saúde. Marcelo Queiroga. juntamente de diretores médicos das três Forcas, em audiência realizada no dia 26 de maio de 2021 em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor. Na oportunidade o Ministro versou sobre as denúncias de atraso no programa nacional de imunização, falta de disponibilidade de leitos e respiradores, além de responder questionamentos aos dos parlamentares quanto às ações de combate à pandemia considerações sobre atual а gestão do Governo Federal neste sentido.

TELECOMUNI CAÇÕES

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANATEL

Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater com os técnicos da Corte Contas е da Agência Nacional de Telecomunicações as ações empreendidas pelo Governo Federal no campo da qualidade da internet e inclusão digital população brasileira

O Requerimento de nº 63/2021 foi apreciado e aprovado na reunião do dia 18 de maio de 2021. A audiência ocorreu no dia 15 de julho com а presença Senhores URIEL DE ALMEIDA PAPA Secretário de Infraestrutura Hídrica. Comunicações e de Mineração, da Secretaria de Controle Externo -Tribunal de Contas da União - TCU e GUSTAVO SANTANA BORGES - Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

		Na oportunidade, os convidados versaram sobre questões técnicas e modalidades de aquisição do direito de uso de faixa por meio de leilão, os editais anteriores e futuros além dos planos de expansão, principalmente com as novas frequências disponíveis.
TELECOMUNI CAÇÕES TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	10. Requerimento de Auditoria com o objetivo de acompanhar as ações, com o auxílio do TCU, a serem empreendidas pela ANATEL e Ministério das Comunicações no campo da qualidade da internet e na inclusão digital da população brasileira.	O Requerimento de nº 65/2021 foi discutido na reunião do dia 18 de maio de 2021 e aprovado. A requisição de Auditoria foi encaminhada ao TCU por meio do Ofício 79/2021/CFFC-P. Contudo, até a elaboração deste relatório não houve retorno quanto à implementação do processo no Tribunal de Contas.
LOGÍSTICA NA PANDEMIA EXÉRCITO BRASILEIRO MARINHA DO	11. Requerimento de Audiência Pública com as Forças Armadas, com o objetivo de debater as ações de cada força no combate à Covid-19, em especial na logística e no apoio ao acesso da população à assistência médica.	O Requerimento de nº 56/2021 foi prejudicado em razão do comparecimento do Ministro da Defesa, senhor Walter Braga Netto, e diretores médicos das três forças em audiência da CFFC realizada no dia 12 de maio de 2021. Na oportunidade os convidados se manifestaram sobre a denúncia de leitos ociosos em Hospitais das Forças Armadas além do papel das três forças no auxílio quanto ao transporte de insumos e atendimento da
BRASIL		insumos e atendimento da população durante a pandemia e





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

FORÇA AÉREA BRASILEIRA		no gerenciamento de determinadas crises.
SAÚDE AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12. Requerimento de Audiência Pública com a ANVISA para debater as ações e protocolos que regem as análises das vacinas e medicamentos a serem aplicados na população brasileira, bem como os processos em andamento e ações de planejamento que visam o combate à Covid-19.	O Requerimento de nº 53/2021 foi aprovado na reunião deliberativa do dia 25 de maio de 2021 e a Audiência realizada no dia 17 de junho de 2021 na presença da senhora Meireuze Sousa Freitas-Diretora da Segunda Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Na oportunidade, palestrou sobre as etapas de análise para aprovação de vacinas além das modalidades de autorização, sobre as vacinas analisadas até aquele momento pela Anvisa e seus procedimentos.
ECONOMIA PETROBRÁS	13. Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de conhecer as ações de controle daquela Corte de Contas para acompanhar a execução da política de preços efetivada pela Petrobrás e seus reflexos nos preços	O Requerimento de nº 61/2021 foi discutido na reunião do dia 18 de maio de 2021. Contudo, por falta de espaço na agenda da comissão, não pode ser realizada nesta sessão legislativa.







Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

TRIBUNAL DE CONTAS DA	dos combustíveis consumidor final.	para o	
UNIÃO			





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

AÇÕES APROVADAS POR PARLAMENTARES DA COMISSÃO AO LONGO DA SESSÃO LEGISLATIVA

ÁREA / OBJETO	AÇÕES PROPOSTAS	AÇÕES REALIZADAS
SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE	1. Requerimento de Auditoria no Ministério da Saúde a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União para verificar potencial malversação de recursos pela perda de aproximadamente 243 milhões de reais em medicamentos, vacinas e testes que venceram em posse deste ministério.	aprovado na reunião do dia 15 de setembro de 2021 e aguarda providências da comissão para que seja enviada requisição ao





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE	2. Requerimento de Auditoria com o objetivo de apurar possíveis irregularidades nos contratos de prestação de serviços firmados pelo Hospital Federal de Bonsucesso (UASG 250042) por meio de dispensa de licitação nos anos de 2019, 2020 e 2021.	foi aprovado na reunião realizada no dia 06 de outubro de 2021. A requisição de Auditoria foi encaminhada ao TCU por meio do Ofício 488/2021/CFFC-P. Contudo, até a elaboração deste relatório, não houve retorno quanto à implementação do
SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE	4. Requerimento de Visita Técnica com o objetivo de verificar indícios de irregularidades nos contratos de prestação de serviços firmados pelo Hospital Federal de Bonsucesso (UASG 250042) por meio de dispensa de licitação nos anos de 2019, 2020 e 2021.	os deputados fizeram questionamentos ao Diretor da unidade, além de inspeção da estrutura física e coleta de documentos para posterior
COMUNICA- ÇÃO MINISTÉRIO DAS	4. Requerimento de Auditoria com o objetivo de apurar indícios de superfaturamento em propaganda do governo federal.	·





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

COMUNICA- ÇÕES	

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE

As auditorias, como podemos verificar, foram aprovadas durante o ano de 2021, inclusive aquelas feitas em modo de cooperação com os deputados desta comissão. Contudo, não obtivemos retorno do TCU quanto à implementação das fiscalizações nem seus resultados até o presente momento.

Há de se ressaltar que, em um ano de retomada gradativa das atividades, os trabalhos são inevitavelmente prejudicados se comparados aos anos anteriores. Porém, há de se destacar o empenho da presidência e dos parlamentares, que buscaram da melhor forma prestigiar a comissão e a prerrogativa de fiscalização deste parlamento.





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Algumas mudanças foram propostas com vistas a simplificar o trabalho da comissão e também para tornar eficazes alguns mecanismos como o presente relatório. A possibilidade de relatoria do PAFC sem dúvida possibilitou uma participação ativa dos parlamentares na sua elaboração e execução, além de trazer atenção dos membros para este importante instituto.

No mais, mesmo com um ano reduzido quanto às atividades presenciais, foram surpreendentes os resultados quantitativos e qualitativos de desempenho nesta sessão legislativa. Tais aspectos são provas do incansável empenho dos parlamentares de fiscalizar, garantir a lisura na aplicação dos recursos públicos e de acompanhar de perto as ações do Poder Executivo para que suas realizações atendessem o melhor interesse da população em um momento tão desafiador.

Importante destacar a ação dos deputados presentes na comitiva da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle na Visita Técnica ao Hospital de Bonsucesso (RJ). Os deputados Kim Kataguiri, Hildo Rocha, Elias Vaz e Áureo Ribeiro (representado por sua assessoria) demonstraram profunda preocupação com o elevado número de contratos celebrados de forma emergencial com sucessivas dispensas de licitações.

O hospital - que foi alvo de denúncias que diziam que ele seria controlado por milícias - ainda foi assolado por um incêndio em 2020. Portanto, também havia preocupação quanto ao funcionamento do hospital e a extensão dos danos causados.

Os deputados levaram os questionamentos desta comissão à diretoria do Hospital para compreenderem a razão da ocorrência reiterada desta prática e se depararam com um cenário preocupante.

A visita da comissão constatou que o hospital tem sofrido sucessivas trocas de comando sem muitas razões aparentes, o que leva à interrupção dos





Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

trabalhos e prejudica o bom andamento das funções da unidade. Além do mais, os contratos têm demorado em média três anos para serem licitados, fato que causou estranheza.

Outro ponto importante foi identificar que, após o incêndio, o hospital já revitalizou áreas importantes de terapia intensiva, fato que trouxe poucos resultados, uma vez que tem sofrido com a falta de recursos humanos, que não foram providenciados pelo Ministério da Saúde. O hospital teve mais de quinhentos servidores cedidos, que ainda estão em outras unidades federais do Estado do Rio de Janeiro e não regressaram. Isto faz com que mais de cento e cinquenta leitos de tratamento intensivo, com equipamentos novos, que poderiam atender mais de mil pacientes ao ano, fiquem ociosos por inércia das autoridades competentes.

A situação causou indignação nos membros da comitiva que pretendem levar adiante ações de auxílio ao hospital, assim como fiscalizações para aferir a lisura dos contratos já auditados pelo TCU, além de outros contratos suspeitos que envolvem mais unidades da rede federal de hospitais no Rio de Janeiro.







Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Na imagem acima, os membros da comitiva da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle presentes na Visita Técnica ao Hospital de Bonsucesso (RJ), juntamente com o Diretor da Unidade.

DIFICULDADES

Além dos desafios próprios dos tempos atuais, em que lidamos com mudanças abruptas nos trabalhos da Casa, tivemos alguns contratempos que afetaram o eficaz trabalho desta comissão, que valem registro no presente relatório.

Por vezes, os deputados perceberam que as proposições de fiscalização protocoladas tinham seus procedimentos retardados na Mesa Diretora da Casa e não chegavam à comissão para designação do relator e consequente emissão de pareceres.

A comissão entende que tal situação prejudica frontalmente a prerrogativa de fiscalização deste parlamento bem como desvirtua as garantias constitucionais e regimentais que sustentam os trabalhos desta comissão junto aos seus parlamentares.







CONCLUSÃO

Se mostram satisfatórias as atividades da presente comissão para atender as diretrizes do Plano Anual de Fiscalização e Controle, que se encerra com o presente relatório.

Resta parabenizar o empenho dos parlamentares, da presidência e das assessorias, que permitiram, mesmo diante de tantos desafios, que pudéssemos cumprir fielmente o disposto no plano inicial. Além de garantir que todos os trabalhos fossem conduzidos de forma excelente, inclusive com a colaboração de muitos membros do Poder Executivo, que atenderam cordialmente as nossas solicitações.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal (DEM-SP)

